



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, as quais abrangem as normas instituídas pela própria Agência e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela ANS, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho das Operações

A Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. apresentou, no exercício de 2015, uma arrecadação de R\$ 1,298 bilhão (R\$ 1,104 bilhão no exercício de 2014), que representa um crescimento de 17,57% em relação ao ano anterior. A Mediservice, ao longo do exercício de 2015, intensificou a implementação de novas iniciativas que visam aprimorar os processos voltados para a administração de planos de pós-pagamento, com foco no oferecimento de novos planos, soluções e serviços aos clientes, assim como na melhoria de resultado, além de projetos para o aumento da integração com a Bradesco Saúde, empresa integrante do Grupo Bradesco Seguros, com geração de sinergias.

Resultado do Exercício

O resultado do exercício de 2015 atingiu R\$ 37,720 milhões (R\$ 40,586 milhões no exercício de 2014), representando uma rentabilidade de 9,83% sobre o Patrimônio Líquido Médio.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido.

Principais Ações Estratégicas Realizadas

- Implantação do projeto "Meu Doutor": visa o oferecimento aos segurados de rede selecionada de clínicos gerais, com agendamento de consulta via *internet*, objetivando reforçar a relação médico-paciente e melhorar o padrão de atenção à saúde;
- Planos Administrados: intensificou o desenvolvimento de diversas iniciativas, visando aprimorar os processos voltados para a administração de planos na modalidade de pós-pagamento com foco no oferecimento de novos produtos e serviços aos clientes e na gestão de resultado;
- Rede Referenciada: ampliação da Rede Referenciada de prestadores de serviços médicos, especialmente de clínicas de especialidades médicas, bem como da quantidade de transações eletrônicas, para recepção e tratamento de contas médicas ambulatoriais e hospitalares;
- Acordos com a Rede Referenciada: introdução e repactuação dos procedimentos médicos gerenciados em vários estabelecimentos hospitalares que integram a Rede Referenciada de prestadores médicos. Ampliado o projeto de Segunda Opinião Médica para cirurgias, com vistas ao aumento da qualidade da saúde;
- Projeto OPME: objetiva ampliar acordos com a Rede Referenciada de hospitais para colocação de materiais de alto custo previamente negociados, contribuindo para o controle de despesas assistenciais; e
- Programas de Prevenção de Doenças e Promoção da Saúde: manutenção de programas que visam melhorar as condições de saúde dos segurados, pela ação preventiva sobre os principais fatores de risco da população, em conformidade com o programa aprovado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Riscos: operacional, crédito, mercado, subscrição e liquidez

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. faz parte, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui um departamento independente denominado de Estudos Atuariais e Gestão de Riscos. A estrutura operacional de gestão de riscos do departamento é especializada por tipo de risco/função, possibilitando uma visão integrada na gestão de riscos e o alinhamento com a estrutura da Organização Bradesco.

Estão inseridos, nesse contexto, o acultramento de gestão de risco e capital, nos vários níveis de atuação nas Empresas do Grupo, a difusão das Políticas e Normas Corporativas e Manual de Procedimentos Internos, visando ao monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, os membros do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros se reúnem, trimestralmente, com o objetivo de aprovar estratégias, normas e procedimentos relacionados à Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, além de acompanhar, avaliar e definir alternativas de mitigação dos riscos específicos da atividade do Grupo e possíveis impactos na Organização Bradesco.

O Grupo Bradesco Seguros mantém níveis de capital de acordo com os requerimentos regulatórios.

Governança Corporativa

Com a finalidade de preservar e otimizar o valor a longo prazo, o Grupo Bradesco Seguros possui uma estrutura robusta de governança corporativa, pautada nos princípios de equidade e transparência na prestação de contas, o Grupo Bradesco Seguros busca permanentemente a eficiência dos modelos de gestão, contribuindo para a excelência dos processos, estruturas e mecanismos de monitoramento e de controles, sempre levando em conta o arcabouço regulatório (compulsório e facultativo) e o Código de Conduta Ética, disponível a todos os públicos com os quais se relaciona.

Fundamentado nessas premissas modelo de atuação e objetivando potencializar a capacidade de formulação estratégica, e tomada de decisões norteadas de clareza, o Grupo possui estrutura de Comitês, que dá suporte à Administração, resguardando os mais elevados padrões éticos e de responsabilidade corporativa. Nessa linha, o Grupo também possui um canal de comunicação, para

acolher informações sobre violações aos princípios contidos no Código de Conduta Ética, e procedimentos e controles internos, demonstrando o compromisso constante em traçar, com clareza, as diretrizes e responsabilidades que devem pautar a atuação e orientar a conduta cotidiana dos profissionais que integram as empresas do Grupo. Adicionalmente, conta com área de Ouvidoria para acolher opiniões, críticas e reclamações que são tratadas com confidencialidade.

Controles Internos e Compliance

Com base na política corporativa definida, e visando atender às determinações legais sobre o tema, a Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. avalia e aperfeiçoa constantemente os instrumentos que integram o Sistema de Controles Internos do Grupo Bradesco Seguros. Os processos são continuamente reavaliados e os testes de aderência executados para aferir a efetividade dos controles existentes, em conformidade com os requerimentos da seção 404 da Lei Americana Sarbanes-Oxley e com os principais *frameworks* de controles, como o COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e o COBIT – *Control Objectives for Information and Related Technology*, que abrangem, respectivamente, aspectos de negócios e tecnologia da informação.

Os trabalhos de controles internos são desenvolvidos em conjunto com as diversas áreas gestoras de serviços, produtos e processos, com o propósito de proporcionar segurança quanto à condução adequada dos negócios e para o alcance dos objetivos estabelecidos, em conformidade com leis e regulamentações externas, políticas, normas e procedimentos internos, códigos de conduta e de autorregulação aplicáveis. Os resultados obtidos são reportados periodicamente à Alta Administração da empresa, ao Comitê de Controles Internos e *Compliance* e, sob demanda, ao Comitê de Auditoria, ambos da Organização Bradesco.

Para obtenção e manutenção de conformidade às leis e aos regulamentos, o Grupo Bradesco Seguros verifica, diariamente, a publicação de novos normativos pelos Órgãos Reguladores, informa as áreas envolvidas e acompanha a implementação tempestiva das ações necessárias, de forma a garantir que as práticas operacionais estejam aderentes.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Mediservice, com o compromisso constante de inibir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e à Corrupção em suas operações, atividades e relacionamentos, atua continuamente para assegurar a conformidade às regulamentações editadas pelos Órgãos competentes e, principalmente, cooperando, com os esforços das autoridades governamentais, nacionais e internacionais, de controle para o enfrentamento dessas práticas.

Reafirmando esse compromisso, no exercício de 2015, a Mediservice aprimorou as ferramentas tecnológicas, os mecanismos de trabalho e os controles existentes, que são permanentemente reavaliados e fundamentais para o processo de detecção e comunicação das operações/ocorrências à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

A Mediservice atua ativamente no aprimoramento dos controles existentes, que são fundamentais para o processo de prevenção e detecção de situações com indícios de lavagem de dinheiro. Esta estrutura está alicerçada a partir da Comissão de Avaliação de Operações com Índices de Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo que objetiva a análise individualizada de suspeição e a comunicação de propostas, operações ou situações com indícios ao Órgão competente. Destaca-se o programa de treinamento sobre o tema ao quadro de funcionários, que abrangem palestras, cursos à distância e disponibilização de cartilhas.

Prevenção à Fraude

A Mediservice mantém-se vigilante em desestimular, prevenir, detectar e combater ocorrências que possam caracterizar indícios de cometimento de fraudes de qualquer natureza, assim como em minimizar riscos operacionais, legais e reputacionais aos quais a Companhia possa estar sujeita, caso venha a ser envolvida em tentativas para negócios ou práticas de fraudes.

Dada à importância do tema, a Companhia adota mecanismos de controles internos, como a disponibilização de canais de denúncia aos funcionários e à sociedade, para que possam relatar situações com indícios de cometimento dessa prática ilícita, e o acompanhamento e apuração, quando cabível, das operações que apresentam indícios de irregularidades.

Segurança da Informação

A informação é um dos elementos do negócio mais importante para a Mediservice. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da gestão da informação. Nessa linha, são analisadas as normas e os regulamentos de caráter interno e externo, que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação.

Diante desse compromisso, a Companhia tem realizado a disseminação da cultura, por meio da divulgação da Política e das Normas Corporativas de Segurança da Informação, da organização de palestras, cursos e da publicação de matérias nos canais internos de comunicação disponíveis, abordando os mais diversos tipos de assuntos sobre o tema, com o intuito de garantir a conformidade com as melhores práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

Plano e Gestão de Continuidade de Negócios

A Mediservice com a finalidade de assegurar o gerenciamento eficaz da continuidade de seus processos críticos/essenciais de negócios, principalmente aqueles voltados para o relacionamento e atendimento aos clientes, implementou o Plano de Continuidade de Negócios – PCN, baseado em planejamento e testes periódicos dos planos de ação estabelecidos, que podem ser ativados quando da ocorrência de um evento, independentemente de sua proporção, que interrompa a continuidade das operações, minimizando os efeitos de interrupções não programadas.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes, o apoio recebido do Órgão regulador e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Barueri, 19 de fevereiro de 2016.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	Nota	2015	2014
ATIVO			
CIRCULANTE		494.989	555.965
Disponível		769	643
Realizável		494.220	555.322
Aplicações financeiras	4a	270.502	358.255
Aplicações vinculadas a provisões técnicas		225.990	249.895
Aplicações não vinculadas		44.512	108.360
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6a	220.807	194.553
Contraprestação pecuniária a receber		209.572	182.799
Operadoras de planos de assistência à saúde		9.411	9.258
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		1.824	2.496
Créditos tributários e previdenciários	7a	2.863	2.387
Bens e títulos a receber		48	92
Despesas antecipadas		-	35
ATIVO NÃO CIRCULANTE		16.843	10.542
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		12.770	9.980
Créditos tributários e previdenciários	7a	9.410	6.215
Depósitos judiciais e fiscais	8	3.360	3.765
IMOBILIZADO	9	1.730	550
Imobilizado de uso próprio		421	481
Outras imobilizações		1.309	69
INTANGÍVEL	10	2.343	12
TOTALDO ATIVO		511.832	566.507

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)			
	Nota	2015	2014
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde		1.298.068	1.103.560
Contraprestações líquidas		1.228.856	1.035.840
Receita com administração		69.212	67.720
(-) Tributos diretos de outras operações de assistência à saúde		(6.744)	(6.546)
Eventos indenizáveis líquidos		1.218.915	1.024.953
Eventos conhecidos		1.218.915	1.024.953
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		72.409	72.061
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		2.209	748
Receita de assistência à saúde não relacionada com plano de saúde da operadora		99	408
Outras receitas operacionais		99	408
Outras despesas operacionais	19(a)	(27.965)	(20.863)
Outras despesas de operações de assistência médico hospitalar		(21.817)	(17.604)
Programa de promoção da saúde e prevenção de riscos		(1.206)	(1.155)
Provisão para perdas sobre créditos		(4.942)	(2.104)
Resultado bruto		46.752	52.354
Despesas administrativas	19(b)	(26.583)	(27.650)
Resultado financeiro líquido	19(c)	39.074	37.919
Receitas financeiras		40.365	38.525
Despesas financeiras		(1.291)	(606)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		59.243	62.623
Imposto de renda	19(d)	(17.142)	(16.446)
Contribuição social	19(d)	(6.518)	(6.198)
Impostos diferidos	19(d)	3.195	2.009
Participações sobre o lucro		(1.058)	(1.402)
Resultado líquido do exercício		37.720	40.586
Quantidade de ações		93.281.729	93.281.729
Lucro por ação - R\$		0,40	0,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014			
(Em milhares de reais)			
	2015	2014	
Lucro líquido do exercício	37.720	40.586	
Total do resultado abrangente do exercício	37.720	40.586	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)			
	2015	2014	
Resultado antes dos impostos e participações	59.243	62.623	
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações	317	86	
Despesas antecipadas	35	78	
Variações das provisões técnicas	1.220.264	1.027.118	
Provisão para riscos sobre créditos	4.942	2.104	
Juros e variação monetária	466	(155)	
Lucro líquido ajustado do exercício	1.285.267	1.091.854	
Variações nas contas patrimoniais (aumento)/redução:			
Aplicações - títulos a valor justo por meio do resultado	87.753	(40.200)	
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(31.196)	(28.488)	
Créditos tributários e previdenciários	(3.456)	(2.666)	
Bens e Títulos a receber	44	118	
Depósitos judiciais e fiscais	525	(174)	
Tributos e encargos sociais a recolher	(6.302)	(3.855)	
Débitos diversos	(21.012)	20.075	
Débitos de operações de assistência à saúde	(901)	(1.202)	
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(1.179.028)	(1.023.142)	
Provisões	4.458	2.704	
Caixa líquido consumido pelas operações	(1.149.115)	(1.076.830)	
Imposto de renda sobre o lucro pago	(8.594)	(9.980)	
Contribuição de renda sobre o lucro pago	(5.471)	(5.277)	
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	122.087	(233)	
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	(1.265)	(289)	
Ativo intangível desenvolvido internamente	(2.563)	-	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(3.828)	(289)	
Atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(118.133)	(288)	
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(118.133)	(288)	
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	126	(810)	
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	643	1.453	
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	769	643	
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	126	(810)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014						
(Em milhares de reais)						
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total	
Saldo em 1º de janeiro de 2014	254.500	3.461	68.161	-	326.122	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	40.586	40.586	
Dividendos propostos (R\$ 4,13 por lote de mil ações)	-	-	-	(386)	(386)	
Destinação do lucro líquido	-	2.029	38.171	(40.200)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	254.500	5.490	106.332	-	366.322	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	37.720	37.720	
Dividendos pagos (R\$ 1.067,89 por lote de mil ações)	-	-	(99.614)	-	(99.614)	
Dividendos antecipados (R\$ 194,38 por lote de mil ações)	-	-	-	(18.133)	(18.133)	
Destinação do lucro líquido	-	1.886	17.701	(19.587)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	254.500	7.376	24.419	-	286.295	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Companhia é uma subsidiária do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada a operar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, exercendo a atividade de Medicina de Grupo, que tem por objeto social: a) operar planos de assistência à saúde coletivos e planos de assistência odontológica; b) desenvolver atividades de prevenção de riscos e doenças e de promoção da saúde, inclusive por meio de assessoria em soluções assistenciais, gestão de programas de saúde, de atenção continuada, medicina ocupacional, prevenção de acidentes do trabalho, reembolso e desconto de medicamentos em farmácias; c) prestar serviços relacionados à operação de assistência à saúde, como serviços de apoio para integração entre sistemas de recursos humanos e de informações sobre assistência à saúde, aluguel e compartilhamento de rede de prestadores de serviços médicos e intermediação de contratação de rede entre operadoras. O endereço da sede da Companhia é Avenida Alphaville, nº 779 - Empresarial do Forte 18 - Barueri - São Paulo.

A Companhia é controlada diretamente pela Bradesco Saúde S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns, são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas em Reunião da Diretoria em 19 de fevereiro de 2016.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 322/2013 e atualizada pela Resolução Normativa 344/2013.

b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, exceto para os ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e, alterações observadas, serão reconhecidas no período observado e futuros. As notas explicativas: 4 - Aplicações; 7 - Créditos tributários e previdenciários; 11 - Provisões técnicas e 14 – Provisões, incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

d. Aplicações e Instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40 e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, descritos a seguir:

(i) Disponível (Caixa e equivalentes a caixa)

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores.

Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

(v) Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de taxas média do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são similares, análise do fluxo de caixa descontado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

(vi) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente.

Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(vii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos de operações com planos de assistência à saúde" e "Bens e Títulos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perda por redução ao valor recuperável.

e. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de contraprestação efetivas de operações de assistência à saúde, provenientes de contratos vigentes na data do balanço e pelos valores a receber referentes a ressarcimentos de eventos.

Através de estudo técnico a Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre o total de contraprestações a receber para os contratos em atraso superior a 90 dias sobre os quais foram observados baixo índice de recebimento em relação às contraprestações emitidas nos últimos seis meses. Para os contratos com parcelas vencidas acima de 90 dias, cujo índice de recebimento é elevado constitui-se a redução ao valor recuperável somente para os créditos pendentes de recebimentos a mais de 90 dias.

f. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios.

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas para os exercícios correntes e comparativos: 10 % a.a. para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e 20% a.a. para equipamentos de informática.

g. Intangíveis

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por *impairment*. A taxa de amortização é de 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por *impairment*, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

h. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A totalidade da Provisão de eventos/sinistros a liquidar é baseada nos avisos de cobrança dos serviços médico-hospitalares e odontológicos realizados pelos prestadores de serviços, efetivamente recebidos pela Companhia até a data-base do balanço.

i. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

(i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados.

(ii) Passivos contingentes

As ações judiciais são contabilizadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

(iii) Obrigações legais

As obrigações fiscais e previdenciárias decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

J. Benefícios a empregados

(i) Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e registradas no resultado à medida que o respectivo serviço é prestado.

(ii) Obrigações por aposentadorias

Plano de contribuição definida

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição variável, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento Exclusivo (FIE). As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente.

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A.

As contribuições dos funcionários e administradores são equivalentes a 4% do salário. As contribuições da Companhia passam de 4% para de 5% do salário, acrescidas do percentual destinado à cobertura dos benefícios de risco (morte e invalidez).

As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando são incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Companhia, na qualidade de empregador, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

(iii) Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários por um período de 3 meses a 6 meses da data de desligamento.

(iv) Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e Administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

k. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240, no exercício, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

l. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

As contraprestações e os eventos de planos de assistência à saúde, na modalidade de pós-pagamento, são reconhecidos a partir do aviso de cobrança dos serviços médico-hospitalares e odontológicos realizados pelos prestadores de serviços.

As receitas relacionadas à taxa de administração dos planos de assistência à saúde são reconhecidas mensalmente considerando as disposições contratuais.

A participação dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria, sendo reconhecida no resultado de acordo com as metas estipuladas pelo Grupo Bradesco Seguros.

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se a IFRS 9 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, substituirá a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliadas e serão concluídas até a data da entrada em vigor da norma.

3 Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros da Companhia.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia.

Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, funcionários, colaboradores, fornecedores, etc., bem como monitorar os níveis de capital requerido, agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentações, normas e políticas internas).

Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível, sobre o tema com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco estuda todos os riscos (subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de subscrição

O risco de subscrição advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes na definição das premissas para fins de precificação.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, o Departamento de Estudos Atuariais e Gestão de Riscos, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições cálculo de capital regulatório para esse negócio e certifica os estudos de precificação de novos produtos.

c. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Esse gerenciamento de risco inclui o monitoramento de exposições de risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's* entre outras.

Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, devidamente avaliados pelas estruturas de gestão de riscos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco.

No que tange às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo visto que mais que 95% dessas aplicações estão classificadas na carteira de *rating* AAA como demonstrado abaixo:

Ativos Financeiros/Rating	AAA	AA	BBB	BB	Sem rating	Total
Valor justo por meio do resultado	267.639	1.001	291	1.275	296	270.502
Título de Renda Fixa Privado	18.593	1.001	291	1.275	296	21.456
Título de Renda Fixa Público	249.046	-	-	-	-	249.046

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA uma vez que a contraparte é o governo federal.

Trimestralmente, são realizadas as reuniões dos Comitês Executivos de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros e de Gestão de Risco de Crédito do Banco Bradesco, para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório e aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos da Companhia. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos alta exigência de liquidez.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Prazo estimado de realização	
	Fluxo de Ativos (i)	Fluxo de Passivos (ii)
À vista ou sem vencimento definido.....	769	-
Fluxo de 0 a 3 meses.....	491.357	206.138
Total	492.126	206.138

- (i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. As provisões técnicas foram consideradas a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento.
- (ii) O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações, créditos de operações com planos de assistência a saúde e bens e títulos a receber.
- (iii) O fluxo de passivos considera os passivos de débitos de operações de assistência à saúde, tributos e encargos sociais a recolher provisões técnicas de operações de assistência à saúde e os débitos diversos.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam a Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

e. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo, realizado de forma corporativa, é aprovado pelo Conselho de Administração e reavaliado anualmente pelos comitês abaixo descritos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimento financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros.

Modelos de mensuração do risco de mercado

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de Sensibilidade de Risco de mercado

A Companhia possui exposição em ativos financeiros renda fixa considerado de baixo risco principalmente de operações compromissadas. Sendo assim o choque proveniente do deslocamento de 1 ponto base na curva mais o efeito fiscal geram impactos em resultado e PL menor que R\$ 1 mil.

f. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do Risco Operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de Negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital; e
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes de risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando à redução dos impactos, ao menor custo; e
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. Gerenciamento de Capital

- Gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características e peculiaridades de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação do Grupo.
- Processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo aos requerimentos e limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

h. Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

4 Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações

	2015	%	2014	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	270.502	100,00	358.255	100,00
Títulos de renda fixa - fundos de investimento.....	270.502	100,00	358.255	100,00

b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naquele fundo.

	2015						
	1 a 30 dias			Valor			
	ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	contábil/Valor justo	Valor atuado	Ajuste a valor justo
Valor justo por meio do resultado	12.451	2.650	14.480	240.921	270.502	270.484	18
Letras financeiras do tesouro.....	-	-	12.634	236.412	249.046	249.046	-
Nota do tesouro nacional - operação compromissada..	12.285	-	-	-	12.285	12.285	-
Letras financeiras de emissores privados.....	166	2.611	1.846	3.322	7.945	7.925	20
Debêntures.....	-	39	-	1.187	1.226	1.228	(2)
Total	12.451	2.650	14.480	240.921	270.502	270.484	18

	2014						
	1 a 30 dias			Valor			
	ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	contábil/Valor justo	Valor atuado	Ajuste a valor justo
Valor justo por meio do resultado	50.126	113.611	78.935	115.583	358.255	358.246	9
Letras financeiras do tesouro.....	-	113.112	78.250	100.349	291.711	291.739	(28)
Nota do tesouro nacional - operação compromissada.	44.803	-	-	-	44.803	44.806	(3)
Letras financeiras de emissores privados.....	3.044	499	685	11.659	15.887	15.851	36
Debêntures.....	-	-	-	3.575	3.575	3.571	4
Letras do tesouro nacional.....	2.279	-	-	-	2.279	2.279	-
Total	50.126	113.611	78.935	115.583	358.255	358.246	9

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2015	2014
Total das provisões técnicas (A).....	179.326	138.090
Quotas de fundos de investimentos (B).....	225.990	249.895
Suficiência (B) - (A)	46.664	111.805

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2015			2014		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	249.046	21.456	270.502	293.990	64.265	358.255
Letras financeiras do tesouro.....	249.046	-	249.046	291.711	-	291.711
Notas do tesouro nacional - operação compromissada.....	-	12.285	12.285	-	44.803	44.803
Letras financeiras de emissores privados.....	-	7.945	7.945	-	15.887	15.887
Debêntures.....	-	1.226	1.226	-	3.575	3.575
Letras do tesouro nacional.....	-	-	-	2.279	-	2.279
Total	249.046	21.456	270.502	293.990	64.265	358.255

e. Movimentação das aplicações financeiras

	2015	2014
Saldo em 1º de janeiro	358.255	318.055
(+) Aplicações.....	1.069.268	961.584
(-) Resgates.....	(1.196.518)	(958.898)
(+) Rendimentos - ativos a valor justo por meio do resultado.....	39.497	37.514
Saldo em 31 de dezembro	270.502	358.255

f. Desempenho

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 2015, o desempenho global dos ativos financeiros atingiu 100,30% do CDI no acumulado do exercício, em relação ao referido *benchmark*.

5 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possuía posição pendente de derivativos, em 31 de dezembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía contratos futuros de DI, negociados via fundos de investimentos visando administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda ou taxa de juros e proteção das posições detidas à vista.

Fundo de investimento	Mercadoria (*)	Quantidade	Ano de vencimento	Tipo de compromisso	Valor de referência em 2014
União.....	DI1	23	2015	Venda	(2.278)
Total União					(2.278)

(*) DI1 contrato futuro de taxa média de depósitos interfinanceiros de 1 dia.

Em dezembro de 2015, não houve resultado com derivativos. No exercício de 2014 o resultado de derivativos foi de R\$ 3.

6 Contraprestação pecuniária a receber

a. Contraprestações por faixa de vencimento

	2015	2014
Total a vencer até 30 dias	195.847	144.923
Total vencidos:		
Até 30 dias.....	20.444	31.656
De 31 a 120 dias.....	6.416	18.233
Acima de 121 dias.....	6.830	3.529
Total vencidos	33.690	53.418
Provisão para risco de crédito.....	(8.730)	(3.788)
Total	220.807	194.553

b. Movimentação de contraprestações a receber

	2015	2014
Saldo em 1º de janeiro	194.553	168.169
(+) Contraprestações emitidas.....	1.228.856	1.036.503
(+) Taxa de Administração e de implantação.....	70.053	68.445
(-) Recebimentos.....	(1.267.713)	(1.076.460)
(-) Constituição de provisão de perda.....	(4.942)	(2.104)
Saldo em 31 de dezembro	220.807	194.553

7 Créditos tributários e previdenciários líquidos

a. Ativos Fiscais

	2015		2014	
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Créditos tributários diferidos (i).....	-	9.410	9.410	-
Impostos a compensar.....	2.863	-	2.863	2.387
Total	2.863	9.410	12.273	2.387

(i) Movimentação dos créditos tributários diferidos

	Saldo em 2014	Constituição	Realização	Saldo em 2015
Provisão para contingências cíveis.....	3.793	2.097	(687)	5.203
Provisão para participação lucros empregados.....	384	291	(324)	351
Provisão para contingências trabalhistas.....	388	339	(54)	673
Provisão para riscos de crédito.....	1.283	2.964	(1.283)	2.964
Outros.....	367	5	(153)	219
Total	6.215	5.696	(2.501)	9.410

	Saldo em 2013	Constituição	Realização	Saldo em 2014
Provisão para contingências cíveis.....	3.045	1.220	(472)	3.793
Provisão para participação lucros empregados.....	288	384	(288)	384
Provisão para contingências trabalhistas.....	213	227	(52)	388
Provisão para riscos de crédito.....	571	1.445	(733)	1.283
Outros.....	88	600	(321)	367
Total	4.205	3.876	(1.866)	6.215

(ii) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2016.....	1.293	466	1.759
2017.....	728	262	990
2018.....	607	219	826
2019.....	528	190	718
2020 em diante.....	3.763	1.354	5.117
Total	6.919	2.491	9.410

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários monta a R\$ 8.618.

8 Depósitos judiciais e fiscais

	2015	2014
Trabalhistas.....	1.133	516
Imposto de renda.....	1.034	985
Depósitos judiciais de sinistros.....	799	54
CSLL.....	394	375
INSS - contribuição SESC/SENAC.....	-	1.835
Total	3.360	3.765

9 Imobilizado

	Saldo em 2014	Aquisição	Depreciação	Saldo em 2015
Bens móveis.....	481	7	(67)	421
Outras imobilizações.....	69	1.258	(18)	1.309
Total	550	1.265	(85)	1.730

	Saldo em 2013	Aquisição	Depreciação	Saldo em 2014
Bens móveis.....	256	289	(64)	481
Outras imobilizações.....	88	-	(19)	69
Total	344	289	(83)	550

10 Intangível

	Saldo em 2014	Aquisição	Amortização	Saldo em 2015
Software.....	3	2.563	(232)	2.334
Outros.....	9	-	-	9
Total	12	2.563 </		

12 Tributos e contribuições a recolher

	2015	2014
Retenção de impostos e contribuições.....	5.864	5.792
Imposto de renda.....	1.119	1.110
Contribuição social.....	526	535
ISS.....	275	267
COFINS.....	203	50
Contribuições previdenciárias.....	72	136
FGTS a recolher.....	28	109
PIS.....	34	24
Total	8.121	8.023

13 Débitos diversos

	2015	2014
Depósito de terceiros (i).....	11.853	32.729
Obrigações com pessoal.....	1.493	1.924
Fornecedores.....	1.171	1.259
Partes Relacionadas (Nota 18).....	1.727	678
Total	16.250	36.590
(i) <i>Aging</i>		
De 1 a 30 dias.....	8.923	27.633
De 31 a 180 dias.....	1.412	3.842
De 181 a 360 dias.....	736	1.053
Superior a 360 dias.....	782	201
Total	11.853	32.729

14 Provisões

A Administração da Companhia entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado a obrigação legal em discussão judicial é mantido até a definição da ação.

(i) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras".

Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado pela totalidade dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses, considerando o ano de ajuntamento.

(ii) Passivos contingentes

Refere-se a Auto de Infração de ISSQN, decorrente de deduções de pagamentos realizados pelas operadoras de planos aos prestadores de serviços a saúde nas bases de cálculo deste imposto no período de 2007 a 2011, no montante de R\$ 103.353. A perspectiva de perda é classificada como "possível" e o valor não está provisionado.

(iii) Processos cíveis

Referem-se a estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia.

(iv) Movimentação das provisões judiciais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	1.834	1.144	11.159	14.137
Constituições.....	1.360	997	6.168	8.525
Reversões.....	(1.885)	(161)	(2.021)	(4.067)
Atualização monetária.....	801	-	-	801
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.110	1.980	15.306	19.396
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014	1.757	627	8.957	11.341
Constituições.....	-	669	3.590	4.259
Reversões.....	(15)	(152)	(1.388)	(1.555)
Atualização monetária.....	92	-	-	92
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.834	1.144	11.159	14.137

15 Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 93.281.729 ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

Os dividendos foram calculados conforme se segue:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	37.720	40.586
Constituição da reserva legal.....	(1.886)	(2.029)
Base de cálculo dos dividendos	35.834	38.557
Dividendos antecipados.....	18.133	-
Dividendos propostos no exercício.....	-	386
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	50,60%	1,00%

b. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

c. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

16 Patrimônio líquido ajustado e margem de solvência

A seguir detalhamos o cálculo do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência na data-base:

Patrimônio líquido contábil	286.295
(-) Ativos intangíveis.....	2.343
Patrimônio líquido ajustado	283.952
Margem de solvência	
(A) 0,20 vezes de 50 % das contraprestações - Últimos 12 meses.....	122.886
(B) 0,33 vezes de 50 % da média de eventos indenizáveis - Últimos 36 meses.....	172.921
Maior entre (A) e (B)	172.921
Suficiência	111.031

17 Benefícios a empregados

Planos de Previdência Complementar

A contribuição para os planos durante o exercício de 2015 foi de R\$ 87 (R\$ 171 em 2014), que estão integralmente cobertos por Fundo de Investimento Especialmente Constituído (FIE) na empresa ligada Bradesco Vida e Previdência S.A.

Além desse benefício, a Companhia oferece aos seus funcionários e administradores também seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

18 Transações e saldos com partes relacionadas

	2015	2014	2015	2014
Ativo	12.825	45.338	(62.987)	(50.249)
Disponibilidades	540	535	(3.900)	(2.567)
Banco Bradesco S.A. (Controlador final).....	540	535	(3.900)	(2.567)
Aplicações	12.285	44.803	(7.240)	(3.626)
Banco Bradesco S.A. (Controlador final) (c).....	12.285	44.803	(7.240)	(3.626)
Passivo	13.165	7.567	(1.041)	(830)
Obrigações a pagar	1.727	292	(791)	(830)
Bradesco Seguros S.A. (Controladora indireta).....	469	292	(791)	(830)
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. (empresa ligada).....	1.258	-	(250)	-
Dividendos a pagar	-	386	(50.806)	(43.226)
Bradesco Saúde S.A. (Controladora direta).....	-	386	(50.806)	(43.226)
Sinistros a pagar	11.438	6.889	(50.806)	(43.226)
Fleury S.A. (investida do Grupo Bradesco Seguros).....	11.438	6.889	(50.806)	(43.226)
Total (Ativo - Passivo)	(340)	37.771	(62.987)	(50.249)

(a) O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros.

(b) Refere-se à prestação de serviço de processamento de informações relativas a eventos.

(c) Refere-se a operações compromissadas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social. Em 2015, foi determinado o valor máximo de R\$ 108 para a remuneração dos Administradores.

19 Detalhamento das contas de resultado

a. Outras despesas operacionais

	2015	2014
Despesas com encargos sociais.....	(8.225)	(9.166)
Materiais diversos.....	(670)	(1.179)
Reversão/(constituição) de provisão para perdas sobre créditos.....	(4.942)	(2.104)
Programa PROMOPREV.....	(1.206)	(1.155)
Despesa c/ condenações judiciais.....	(4.745)	(3.086)
Despesas com serviços de terceiros.....	(8.177)	(4.173)
Total	(27.965)	(20.863)

b. Despesas administrativas

	2015	2014
Despesas com pessoal próprio.....	(10.220)	(11.848)
Ordenados.....	(5.900)	(6.658)
INSS/FGTS.....	(1.785)	(2.158)
Planos de previdência privada.....	(87)	(171)
Outras.....	(2.448)	(2.861)
Despesas com serviços de terceiros.....	(8.198)	(8.507)
Despesas com localização e funcionamento.....	(5.098)	(3.916)
Despesas com publicações.....	(876)	(985)
Despesas com donativos e contribuições.....	(426)	(1.630)
Despesas com taxa de saúde suplementar.....	(855)	(641)
Outras.....	(910)	(123)
Total	(26.583)	(27.650)

c. Resultado financeiro

	2015	2014
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa.....	39.631	37.953
Atualização monetária de créditos tributários.....	215	184
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais.....	120	63
Outras receitas financeiras.....	399	325
Subtotal	40.365	38.525
Despesas financeiras		
Despesas com títulos de renda fixa.....	(134)	(439)
Atualização monetária de contingências passivas.....	(801)	(92)
Encargos sobre tributos.....	(33)	(13)
Outras despesas financeiras.....	(323)	(62)
Subtotal	(1.291)	(606)
Total	39.074	37.919

d. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2015	2014
Impostos diferidos		
Constituição no exercício sobre adições temporárias.....	3.195	2.009
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(23.660)	(22.644)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(20.465)	(20.635)

20. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2015	2014
Resultado antes de impostos e participações	59.243	62.623
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 9%, respectivamente.....	(20.143)	(21.292)
Participações no lucro.....	360	477
Receitas não tributáveis, líquidas de despesas ineducáveis.....	(228)	(574)
Outros.....	(454)	754
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(20.465)	(20.635)
Alíquota efetiva	34,54%	32,95%

21 Outras informações

Relatório do comitê de auditoria

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 5 de fevereiro de 2016, nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo.

DIRETORIA

Marcio Serôa de Araujo Coriolano	Diretor-Presidente		
Randal Luiz Zanetti	Diretor-Gerente	Flávio Bitter	Diretor
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor-Gerente	Vinicius José de Almeida Albernaz	Diretor
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Diretor	Enrique Adan Y Coello	Diretor
Manoel Antonio Peres	Diretor	Thais Jorge Oliveira e Silva	Diretora
			Getúlio Antônio Guidini
			Contador CRC-1RS034447/O-7S-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. Barueri - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor,

incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não a avaliação da expressão das opiniões sobre a eficácia dessas demonstrações contábeis da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mediservice Operadora de Planos de Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2016.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciene Teixeira Magalhães
Contadora CRC RJ-079849/O-3